

Banqueiros, reunidos, discutem a crise da dívida.

Leonard Silk, do N.Y. Times.

— O Banco da Reserva Federal de Nova York tentou minimizar a importância dos três dias de reuniões que serão realizadas aqui na próxima semana, a portas fechadas, para tratar de formas para se lidar com a crise da dívida internacional.

Mas o significado da conferência fica mais claro examinando-se a lista dos convidados, que inclui Paul A. Volcker, presidente da Reserva Federal; Jacques de Larosière, diretor administrativo do FMI; Alexandre Lanfally, o próximo chefe do Banco para Compensações Internacionais (BIS), além de representantes do Banco Mundial, do Bank of England e de 15 a 20 outros bancos centrais, juntamente com alguns altos executivos dos principais bancos comerciais privados — ou seja, a fina flor do establishment bancário internacional.

O tempo está esgotando a capacidade dos bancos comerciais de rolar constantemente as dívidas a curto prazo, na esperança de que os países devedores irão, pelo menos, pagar os juros. Albert Gallard Hard, da Universidade Columbia, uma das maiores autoridades em questões bancárias do país, diz que os bancos têm "feito de conta que têm rendimentos que não têm"; e que isto tem sido feito com a cumplicidade dos responsáveis pelos regulamentamentos bancários.

Ele afirma que alguns dos principais bancos estão ameaçados de uma insolvência e diz que planos devem ser feitos para que a The Federal Deposit Insurance Corp. sirva como conservador, tomando dinheiro emprestado do Tesouro e emprestando-o aos bancos particulares para mantê-los em funcionamento.

Robert V. Roosa, um ex-subsecretário do Tesouro para assuntos monetários, e que atualmente é diretor administrativo da Brown Brothers Harriman, acredita que Hart exagere a ameaça imediata, mas concorda que "muita coisa precisa ser feita".

Ele acha que alguns dos credores internacionais poderão enfrentar "um estrangulamento de liquidez", uma falta de dinheiro vivo como a que derrubou o Herstatt Bank na Alemanha Ocidental. Mas ele não vê uma "crise de solvência",

que exigiria "sérios estornos que prejudicariam o capital do banco".

Mesmo assim, Roosa vê uma necessidade crescente de que os Estados Unidos e outros países ajudem a levantar uma boa quantidade de dinheiro — cem bilhões de dólares para início de conversa — para transformar a dívida a curto prazo em dívida a longo prazo e, desta forma, diminuir os problemas que este fardo impõe aos países devedores. Ele reconhece que um tal esforço irá encontrar uma forte oposição política no Congresso. Mas acredita que as implicações orçamentárias para os Estados Unidos podem ser mantidas baixas dividindo-se a obrigação entre vários países e autorizando-se o FMI e o Banco Mundial a tomarem emprestados os fundos necessários nos mercados mundiais de capitais. Ele vê o FMI como um banco central internacional, "um emprestador de última instância", com o Banco para as Compensações Internacionais funcionando com o seu braço operacional.

A conferência irá, segundo sua agenda, explorar "medidas concretas e prática" para colocar os países em desenvolvimento fortemente endividados "numa base sustentável".

Já existe toda uma série de propostas a respeito de como isto pode ser feito. O México, por exemplo, propôs a abertura de uma "nova janela" no Fundo Monetário Internacional, para fornecer fundos aos países que estejam enfrentando pagamentos de juros superiores a uma taxa (presumível) de 2% reais; desta forma, se um país deve 10% de juros sobre suas dívidas externas, uma parte do que representaria um "prêmio inflacionário", este país poderia tomar emprestados 8% junto ao Fundo.

Peter Kenen, professor de Economia na Universidade Princeton, propôs que os bancos privados troquem os seus empréstimos arriscados a países em desenvolvimento por bonds de dez a 15 anos a serem emitidos por uma nova organização internacional.

Mas o plano de Kenen encontra oposição junto aos bancos privados, porque ele prevê que os empréstimos seriam trocados com um desconto de dez por cento. Alguns

banqueiros privados são favoráveis à troca dos seus empréstimos por "bonds" emitidos pelo Banco Mundial ou por alguma outra agência internacional, mas gostariam que isto fosse feito pelo seu valor nominal.

Na conferência nova-iorquina da próxima semana, Henry C. Wallich, um "governo" da diretoria da Reserva Federal, que é seu principal especialista em questões internacionais, irá sugerir a divisão dos juros que os países em desenvolvimento pagam em componentes reais e inflacionários, sendo que esta última parte será acrescentada ao volume principal da dívida em aberto.

Desta forma, se os juros forem de dez por cento, e o componente inflacionário for de quatro por cento, os países devedores terão de pagar apenas seis por cento; conseqüentemente, eles poderiam diminuir os seus pagamentos sem repudiar a dívida.

Wallich também irá discutir um plano para fazer seguros dos empréstimos dos bancos privados aos países devedores. Ele reconhece que um plano de seguros pode ser considerado como sendo um "bail-out", ou seja, uma operação de resgate, e poderá modificar "de forma pouco apropriada" as concessões de crédito em relação ao que o próprio mercado forneceria. No entanto, ele acredita que estes riscos são evitáveis com a adoção de um plano correto. "O princípio básico é o pool dos riscos", na sua opinião, "o que deveria ser aplicável ao campo dos empréstimos bancários internacionais".

Ele vê poucas esperanças de que os bancos privados sejam capazes de construir em sozinhos um programa adequado de seguros. O trabalho, afirma ele, exige um "anjo externo" — mas ele espera que seja um "anjo temporário". O que ele quer dizer é que o plano de seguros ou a operação de resgate terá de ser feito pelos governos, operando através de agências internacionais e de bancos centrais.

Como fazer isto — contra o que poderá ser uma considerável resistência política — é que será o assunto principal a ser tratado na conferência de Nova York, que começa amanhã à noite.